



ARMANDO SEVINATE PINTO

Agrónomo

O mercado dos cereais e a sustentabilidade do mundo rural

NOTA DO AUTOR

Segundo todos os testemunhos, a Feira do Milho 2009, realizada no passado dia 11 e 12 de Setembro, constituiu um enorme sucesso. Por razões de força maior não pude, como estava previsto, participar na mesa redonda sobre “Mercado e sustentabilidade do mundo rural”. Por amabilidade da CAP e da sua revista, torno públicas as notas que tinha preparado para a referida mesa redonda e assim esclareço o meu pensamento sobre o mercado e sobre os cereais.

O MERCADO ■ Muito mais do que céptico, sempre estive genuinamente convencido que, em termos agrícolas, o mercado mundial não consegue por si só, sublinho, por si só (isto é, sem condicionantes, sem correcções e sem a intervenção das políticas), ser um bom regulador da agricultura. Também não consegue frequentemente proporcionar condições de remuneração nem de estabilidade aos agricultores. Essas insuficiências, num país como o nosso, agravam-se ainda mais e não nos proporcionam as condições para continuarmos a produzir produtos agrícolas com algum significado.

A agricultura, pelas suas características próprias e sobretudo pela extensão dos ciclos biológicos que a condicionam, não pode viver na instabilidade.

Infelizmente, o mercado, estou-me sempre a referir ao mercado mundial, é por natureza instável e é-o cada vez mais.

De facto, o mercado depende de forma crescente de variáveis que nada têm a ver com o sector agrícola (como por exemplo as relações cambiais) e quando alguma coisa tem a ver com a agricultura e exclusivamente com a oferta e a procura, nada têm a ver com um país pequeno como o nosso, que, longe de poder influenciar o mercado mundial, entra muitas vezes em contraciclo com as suas oscilações.

O que se tem passado no mercado dos cereais nos últimos anos é uma autêntica roleta russa que comprova o que acabo de dizer.

Qualquer produtor, ao iniciar uma campanha, não faz a mínima ideia do que lhe vai acontecer, não só pelo risco associado à variabilidade das condições naturais, mas também, relativamente aos preços que no mercado se irão formar.

A COMPETITIVIDADE ■ O que acabei de dizer, tem uma consequência directa relativamente à forma como eu encaro a competitividade em agricultura, à escala global.

Em termos teóricos, é competitivo quem, através dos

preços de mercado, consegue remunerar convenientemente os factores de produção.

E sê-lo-á tanto mais quanto os consiga remunerar a preços cada vez mais baixos, ou, dito de outra maneira, são mais competitivos aqueles que consigam com preços cada vez mais baixos continuar a ter resultados positivos da sua actividade.

Tudo isto seria muito interessante se os agricultores produzissem em igualdade de condições. Se os salários fossem iguais, se os adubos, as sementes, os pesticidas, o gásóleo, as máquinas, custassem o mesmo e se os custos de contexto fossem semelhantes.

Tudo isto também seria interessante se os preços do mercado internacional reflectissem os respectivos custos e não fossem com excessiva frequência autênticos preços de saldo.

Como penso que nada disto é igual e também penso que o nosso país tem o direito e também o dever de produzir um volume significativo de produtos agrícolas, numa área também significativa do seu território, que, por razões que todos conhecem, não convém abandonar, contraponho ao conceito de competitividade o conceito de viabilidade e digo que é essencialmente para isso que servem as políticas.

No meu entendimento, as políticas servem para melhorar as condições de competitividade mas também para tornar viáveis as produções que nos interessa produzir e que, não sendo competitivas, podem ser viabilizadas através do apoio proporcionado por vários instrumentos de política.

INTERESSAR-NOS-Á PRODUZIR CEREAIS ? ■

Chegamos assim à questão de saber se nos interessa ou não produzir cereais em Portugal!

O que já sabemos é que a política actualmente seguida penaliza os cereais e que não há qualquer estratégia, nem me parece existir a vontade de haver qualquer estratégia, para se produzirem cereais em Portugal. Todos sabemos que existe um preconceito e uma atitude persecutória contra os cereais, da parte de

nem dos cerealeiros, enquanto que eu gosto dos cereais mas gosto igualmente, da carne, do leite, do azeite, do vinho, das frutas e dos hortícolas, do Norte, do Sul, do Litoral e do Interior.

Voltemos então à questão de saber se interessa ou não produzir cereais em Portugal.

Os quadros seguintes dão a resposta.

Infelizmente Portugal tem uma enorme dívida externa, que não pára de crescer e que compromete o nosso futuro. É certamente a variável mais perigosa e negativa para a nossa economia e para o nosso futuro.

Dívida Externa (actual)	165 mil milhões €
16.500 € / português	
29.500 € /activo	

Em 2008, o défice do nosso comércio externo situava-se acima dos 23 mil milhões de euros (4.600 milhões de contos em moeda antiga), o défice agro-alimentar ascendia a 4.000 milhões de euros e as importações de cereais em grão e transformados atingia 1100 milhões de euros.

Comércio externo total	(mil milhões €)
(2008)	
Importações (total)	61,2
Exportações (total)	37,9
Défice comercial	23,3

Comércio externo agro-alimentar	(mil milhões €)
(2008)	
Importações agrícolas e alimentares	6,3
Exportações agrícolas e alimentares	2,3
Défice agro-alimentar	4

Comércio externo de cereais	(mil milhões €)
(2008)	
Importação de cereais e cereais transformados	1,1
Exportações de cereais e cereais transformados	0,2
Défice de cereais	0,9

Assim, a enorme importância relativa dos cereais não pode deixar dúvidas a ninguém. Ela vem bem expressa no quadro seguinte.

Importação de Cereais

17,5 %	das importações agrícolas e alimentares
27,5%	do défice agro-alimentar
1,8%	do total das importações
0,6%	da dívida externa

Infelizmente, Portugal é, a nível mundial, um dos mais importantes importadores de cereais, se tivermos em conta, quer a dimensão da nossa população quer a nossa área agrícola.

Todos os euros que podermos poupar na importação de cereais, são euros a menos nos nossos défices e na nossa dívida externa.

Chegados aqui perguntar-se-á: mas então se você gosta tanto de cereais porque é que acabou por aceitar, em 2003, desligar totalmente as ajudas dos cereais relativamente à produção, a partir de 2005, o que pode ser considerada uma das razões para o abandono da cultura de cereais?

Sempre fui contra o desligamento e provei isso, vezes sem conta. Nunca fui ambíguo, quer no Governo, quer fora dele, antes, durante e depois. Se fosse preciso prová-lo formalmente, os inúmeros escritos da minha responsabilidade tornados públicos sobre a matéria serão certamente suficientes.

As razões pelas quais decidi desligar as ajudas relativas aos cereais e integrá-las no RPU explicam-se facilmente.

Em primeiro lugar, se não o tivesse feito, Portugal e os agricultores portugueses estariam a perder entre 15 e 20 milhões de euros todos os anos, desde 2005, porque na maior parte dos casos não seria os 25% das ajudas ligadas que iriam justificar o não abandono da cultura. Esse dinheiro, não recebido no RPU, iria direitinho para os cofres de Bruxelas.

Em segundo lugar, recordo que em compensação e com o objectivo de evitar o abandono dos cereais, tanto quanto se podia, foi introduzido um importante apoio aos cereais nas medidas agro-ambientais, em 2003, que o governo socialista acabou por suprimir em 2005 (a este respeito não deixa de ser curioso verificar que os nossos vizinhos espanhóis e o seu governo socialista, também são “retrogrados” uma vez que acabaram de aprovar um plano especial de apoio para um milhão de hectares para o “fomento de rotações em terras de sequeiro” que incluem cereais!) Em terceiro lugar, e porque nunca concordei com “os cereais a qualquer custo”, mesmo em condições completamente desadaptadas para a sua cultura, contribuí significativamente para a criação de alternativas de reconversão (90.000 prémios suplementares para vacas aleitantes; manutenção do programa de 30.000 hectares de olival, com prémios acumuláveis com os das culturas anteriores, no RPU), que seriam grandemente facilitadas se o desligamento fosse total.

Julgo que apresentei algumas razões, mas não todas as razões, porque gosto dos cereais e porque penso que todos deveríamos gostar.

Eles são muito importantes, quer em valor absoluto, quer relativamente aos sistemas de agricultura em que estão integrados através de rotações (muitas vezes sem nenhuma alternativa agrónómica), quer relativamente à sua estreita ligação à base de um dos mais significativos segmentos da produção

de carne em Portugal, quer até em termos de ocupação do território e de conservação do ambiente e da biodiversidade.

Apesar de ocuparem anualmente cerca de 400.000 hectares eles têm a ver com cerca de metade da nossa SAU e com muito mais do que isso em algumas das nossas regiões.

O que duvido, e tenho pena que isso aconteça, é que alguém possa produzir cereais em Portugal quando se conjuga uma manifesta hostilidade política com condições de mercado, que na sua instabilidade característica, estão longe de ser suficientes para cobrir os custos de produção mesmo dos cerealicultores mais produtivos.

Ainda há relativamente pouco tempo, num Congresso do Milho, o eng^o João Coimbra demonstrou, referindo-se ao ano de 2008, que ao preço de 150 € /toneladas, as margens brutas do milho só começavam a ser positivas (ainda que escassamente) a partir de produções com 15 toneladas por hectare. Nesse ano, o preço do milho tinha atingido cerca de 220€ /toneladas.

Fui agora ver as cotações internacionais do milho e do trigo, referentes a 9 de Setembro último.

Milho Chicago (09/09)	3,12 USD por bushel (85 €/ton.)
Trigo mole « «	4,59 USD por bushel (116 €/ton.)

Os números falam por si e são conclusivos quanto à instabilidade do mercado mundial e à sua incapacidade para remunerar decentemente os produtores.

O que é extraordinário, e mais uma vez comprova que os preços internacionais não reflectem os custos de produção, mesmo de quem exporta, é que até os produtores americanos, campeões da exportação de milho, estarão a perder bastante dinheiro por hectare de milho produzido, segundo um estudo recente, de 2009, da Universidade de Illinois.

Do meu ponto de vista enquanto o mercado for encarado como um dogma (isto é como um valor indiscutível) e não for complementado/corrigido com as medidas de política que se revelarem necessárias e ajustadas às nossas condições, não haverá sustentabilidade no nosso mundo rural. Se esta conclusão é retrógrada, então eu serei retrógrado. Contudo, sê-lo-ei, não só com plena consciência mas também com muito gosto.

NOTA:

Conforme a referência prévia do autor, este é um artigo datado de Setembro de 2009



Na natureza
do seu negócio

Qualidade e Segurança Alimentar
Projectos de Investimento
Desenvolvimento de **Novos Produtos**
Ambiente e Energia
Formação

INOVAÇÃO
CREDIBILIDADE
RIGOR

Rua dos Lusíadas, 5-5ºJ
1300-365 Lisboa
PORTUGAL

TEL: +351 213 629 553

FAX: +351 213 621 091

E-MAIL: consulai@consulai.com

